



CARL FRIEDRICH PHILLIP VON MARTIUS: COMO AS IDEIAS DE UM ALEMÃO INFLUENCIARAM AS CONSTRUÇÕES HISTORIOGRÁFICAS E IDENTITÁRIAS BRASILEIRAS.

Nathália Nicácio Ganzer¹

I

Falar em “construções historiográficas e identitárias brasileiras” implica pensar o Brasil em sua constituição como nação, isto é, a partir do momento em que o país deixa de ser colônia de Portugal para se tornar uma nação independente. É nesse contexto que a elite política e intelectual da época começou a discutir os fundamentos de uma identidade nacional e, desse modo, os discursos sobre identidade começaram a se impor, nitidamente, no cenário brasileiro.

Nesse sentido, com o intuito de estabelecer referências para a nação brasileira, a história tem papel central. Uma vez que a ideia de “identidade nacional” está intimamente ligada ao passado reconstruído intelectualmente, essa memória é, de maneira geral, importante fonte de legitimação para o poder político e a ordem social existente. A narrativa desse passado é constituída, basicamente, através de uma seleção de acontecimentos e estruturas do passado que dará suporte, por sua vez, a uma história que dote de significado a experiência da comunidade nacional (RICUPERO, 2004: 113). Nesse contexto, é de suma importância ressaltar o papel da *escrita da história* bem como do *historiador*, haja vista que tanto um quanto outro darão contornos ao que seria o “brasileiro” como indivíduo e como povo, qualificando, desta forma, um projeto de civilização para o país.

Assim, os *discursos historiográficos* sobre a nação são entendidos, nesse trabalho, como *práticas sociais*, isto é, “como um modo de ação historicamente situado, que tanto é constituído socialmente como também é constitutivo de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença” (RESENDE & RAMALHO, 2006: 26). Isso implica, portanto, uma dialética entre discurso e sociedade, pois o discurso é tanto moldado pela sociedade quanto é constitutivo da estrutura social. O discurso foge, dessa maneira, ao conceito saussuriano de *parole* que vê a fala como ato individual, descreve o uso da linguagem como sendo moldado socialmente e prevê variação unilateral da língua segundo fatores sociais, mas, descarta a contribuição do discurso para a constituição, a reprodução e a mudança de estruturas sociais (*Ibid.*, pp. 26-27).

¹ Mestranda do Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UFRJ.



Dessa forma, ver a escrita da história como *discurso*, como construção social é analisar como os participantes envolvidos na construção do significado estão agindo no mundo por meio da linguagem e estão, desse modo, construindo a sua realidade social e a si mesmos (MOITA LOPES, 2002: 31). É importante ressaltar, nesse contexto, que, à medida que a história se constitui como prática discursiva institucionalizada, ela contribui também para o estabelecimento do vínculo entre discurso e poder (RESENDE & RAMALHO, 2006: 19-20).

A partir dessas considerações iniciais, proponho uma discussão que traga à luz o projeto discursivo, político e, por conseguinte, ideológico sobre a elaboração de uma história do Brasil empreendido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Em 1840, Januário da Cunha Barbosa, secretário-perpétuo da instituição, deu os primeiros passos no sentido da construção de uma história nacional ao definir um prêmio de 300 mil réis para o trabalho que melhor elaborasse um plano para se escrever a história do Brasil. O texto premiado em 1847, do *alemão* Carl Friedrich Phillip von Martius, fora publicado na *Revista* em 1844 e se revestia de um caráter pragmático, como o próprio nome sugere: "*Como se deve escrever a história do Brasil*". Nesse artigo, Martius define as linhas mestras de um projeto historiográfico capaz de garantir uma identidade – especificidade à Nação em processo de construção (GUIMARÃES, 1988: 16).

É importante ressaltar, nesse contexto, que o presente trabalho parte de uma ótica interdisciplinar, isto é, que visa restabelecer os nexos existentes entre as questões ideológico-compositivas do texto e o conjunto mais amplo das preocupações discursivas de Martius, tendo como pano de fundo a situação histórica concreta do Brasil naquele momento.

II

Antes de falarmos do artigo produzido por Martius para o IHGB, se faz mister pensarmos o lugar de onde a história é falada. Isso porque, o referencial teórico abordado a seguir nos ajudará a refletir acerca das relações entre história e representação, bem como das peculiaridades das narrativas históricas. Veremos, portanto, que a trajetória da produção da narrativa histórica passa pela compreensão dos sujeitos de sua própria experiência e da experiência de outros homens no tempo. É nesse contexto que Martius e seu artigo *Como se deve escrever a história do Brasil* serão utilizados como ponto de partida para se pensar de onde se fala a história da nação brasileira.



Em 1821, Humboldt escreveu sobre a tarefa do historiador, que consistia “na exposição dos acontecimentos. Tanto maior será seu sucesso quanto mais pura e possível for esta exposição. Esta é a primeira e inevitável exigência de seu ofício, e, simultaneamente, o que ele pode pretender de mais elevado”. Visto por esse ângulo, o historiador se mostraria, de acordo com Humboldt, como receptor e reproduzidor, jamais autônomo e criativo (HUMBOLDT, [1821] 2010: 79).

Contudo, ao longo de seu texto, o autor traz à tona outros elementos que retiram do historiador a simples capacidade de relatar ou narrar os fatos. Muito aquém disso, para Humboldt, a observação imediata do historiador “só capta a concomitância e a sequência das circunstâncias, jamais o contexto causal interno no qual exclusivamente se encontra a verdade essencial (*innere Wahrheit*)”. Esse fato seria influenciado porque pequenos fatores acabam se mesclando ao evento do passado. Para Humboldt, o principal desses fatores é a própria linguagem que contribui para tal situação, “pois frequentemente lhe faltam expressões que estejam livres de conotações” (*Ibid.*, pp. 79-80).

Vista nesse contexto, uma narrativa histórica literalmente verdadeira seria comparada às nuvens, “que somente ganham forma à distância dos olhos”. Os fatos da história, em suas circunstâncias intrincadas, são verossímeis à medida que se adequam ao todo em que se inserem, “são pouco mais que o resultado da tradição e da pesquisa, cuja veracidade simplesmente se aceita”. Nesse contexto, Humboldt afirma que o historiador obtém o esqueleto do dado, através da triagem do que realmente aconteceu. Este “esqueleto” é o fundamento necessário da história, seu material, mas *nunca* a própria história (*Ibid.*, p. 80).

Dessa forma, a verdade do acontecimento baseia-se, segundo Humboldt, na contemplação a ser feita pelo historiador à “parte invisível” do fato, isto é, uma verdade superficial, literal e aparente em detrimento da verdade autêntica, interna e fundamentada em um contexto causal. Visto por este lado, o historiador, tal qual o poeta, é autônomo e, até mesmo, criativo, pois, a partir de sua própria força, dá forma ao que realmente é, compõe um todo a partir de um conjunto de fragmentos (*Ibid.*, p. 80).

Contudo, como definir a natureza do acontecimento passado, isto é, como definir que tal acontecimento, em determinado dia, é um fato histórico? Dizer que os “fatos falam por si mesmos” não seria uma resposta convincente a essa pergunta, pois “os fatos falam apenas quando o historiador os aborda: é ele quem decide quais fatos vem à cena e em que ordem ou contexto” (CARR, 1982: 47). Se alguém, em um determinado momento, chegou a um local à pé, ou de bicicleta é um fato passado tanto quanto o fato de Napoleão ter invadido a Rússia. Entretanto, o primeiro fato é ignorado pelos



historiadores. Ora, isto nos leva a pensar que a história é, entre outras coisas, “um sistema seletivo de orientações cognitivas para a realidade”, ou seja, o historiador é, necessariamente, um selecionador (*Ibid.*, p. 48).

No século XIX, os documentos eram sacrário do templo dos fatos. Assim, “o historiador respeitoso se aproximava deles de cabeça inclinada e deles falava em tom reverente. Se está nos documentos é verdade”. Contudo, é importante ressaltar que nenhum documento dizia mais do que os próprios pensamentos de seus autores, isto é, “o que ele pensava que havia acontecido, o que devia acontecer, ou que aconteceria, ou talvez, apenas o que ele queria que os outros pensassem, ou mesmo apenas o que ele próprio pensava pensar” (*Ibid.*, pp. 51-52). Ora, isso significa dizer que os “fatos” da história nunca chegam a nós “puros”, pois eles não podem existir numa forma pura, uma vez que são refratados através da mente do registrador (*Ibid.*, p. 58):

A reconstituição do passado na mente do historiador está na dependência da evidência empírica. Mas, não é em si mesmo um processo empírico e não pode consistir de uma mera narração de fatos. Ao contrário, o processo de reconstituição governa a seleção e interpretação dos fatos: isto, aliás, é o que faz deles fatos históricos (*Ibid.*, p. 57).

No que tange à própria questão da interpretação do historiador, é importante salientar ainda outro ponto importante: a visualização do passado através dos olhos do presente. Não podemos nos esquecer de que o historiador pertence à sua época e, portanto, a ela se liga pelas suas condições de existência humana. Assim, as próprias palavras que usa – tais como democracia, império, revolução, guerra – das quais ele se apropria, possuem conotações presentes das quais ele não pode se desvencilhar (*Ibid.*, p.60). Esse fator pode se tornar uma armadilha para leitores, historiadores e pesquisadores que pensam nos fatos históricos como fatos que falam por si mesmos e, conseqüentemente, dão pouca importância ao processo de *escrita*, isto é, aos aspectos linguísticos e ideológicos que atravessam a narrativa histórica e a constituição de um fato histórico.

É nesse contexto que uma análise linguística dos fatos históricos se torna de suma importância, uma vez que encoraja os historiadores “de mentalidades”, bem como leitores da história e outros profissionais da área a adotarem novos tipos de questionamento. Entender a noção típica do discurso, isto é, ver o discurso como uma forma de coparticipação social significa que os participantes discursivos constroem o significado ao se envolverem e ao envolverem outros nos discursos em circunstâncias culturais, históricas e institucionais particulares. Conforme fora visto anteriormente, é isto que torna o discurso uma *prática social*, pois o significado tanto é um construto negociado pelos participantes, isto é, não intrínseco à linguagem quanto é situado em



circunstâncias sócio-históricas particulares, e é mediada por práticas discursivas específicas nas quais os participantes estão posicionados em relação ao poder (MOITA LOPES, 2002: 31; RESENDE & RAMALHO, 2006: 26-27).

De acordo com Maria do Rosário Gregolin (2004 apud SILVA, 2004: 36-37), através de Foucault e dos analistas do discurso, podemos localizar uma ponte estabelecendo uma profunda relação entre a Análise do Discurso e a História. A partir de um contexto criado pela perspectiva da *história-problema* dos *Annales*, os representantes dessa escola assumiram uma postura crítica em relação à concepção positivista e tradicional da história. Foucault, em conformidade com alguns aspectos dessa escola, considera a impossibilidade de objetividade do ofício do historiador, uma vez que é ele quem seleciona e faz os recortes da sua história. Assim como Carr, Foucault considera que os documentos são tratados como monumentos e manipulados em seu tempo e, por isso, sugere uma abordagem crítica não apenas sobre os discursos dos documentos, mas uma análise crítica sobre os discursos contidos na escrita da história, nos discursos do próprio historiador, já que estes estariam presos às condições de produção e sentido de sua época.

Sob essa nova ótica, Foucault não apenas destaca uma nova forma de ver e escrever a história, mas promove um diálogo frutífero entre os historiadores e os analistas do discurso. À medida que ele ajuda a pensar um lugar epistemológico para o discurso (visto no plano do enunciado e não no plano da língua), Foucault passa a considerar não apenas o sujeito que produziu o enunciado, mas, inclusive, de que lugar institucional e sob que regras sócio-históricas o sujeito o produziu (*Ibid.*, p. 37).

Nesse contexto, faz-se mister trazer à luz Bakhtin e sua teoria semiótica de ideologia, pois tal teoria dialoga com a nova proposta de se ver a história, sugerida por Foucault. Bakhtin sustentou que a orientação do pensamento filosófico-linguístico saussuriano incorre no equívoco de separar a língua de seu conteúdo ideológico por postular que as únicas articulações a que os signos linguísticos se submetem ocorreriam, estritamente, entre eles próprios no interior de um sistema fechado (RESENDE & RAMALHO, 2006: 15). Contudo, para Bakhtin (1999:31):

Um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas ao contrário destes, ele também reflete e refrata uma outra realidade que lhe é exterior. Tudo que é ideológico possui um *significado* e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um *signo*.

Dessa forma, apoiado nos princípios do Marxismo, Bakhtin localiza a ideologia no signo, como faz dele um instrumento de refração da realidade, bem como o apresenta como causa e efeito de confrontos sociais. De acordo com a tradição marxista de



primazia de luta de classes, cada nova classe que toma o lugar daquela que dominava antes dela é obrigada a dar aos seus pensamentos a forma de universalidade e representá-los como sendo os únicos razoáveis e universalmente válidos:

A classe dominante tende a conferir ao signo ideológico um caráter intangível e acima das diferenças de classe, a fim de abafar ou ocultar a luta dos índices sociais de valor que aí se trava, a fim de tornar o signo monovalente [...]. Nas condições habituais da vida social, esta contradição oculta e, todo o signo ideológico não se encontra à descoberta (*Ibid.*, p. 47).

Assim, tendo em vista que a significação dos enunciados tem sempre uma dimensão ideológica, expressa sempre um posicionamento social valorativo e, portanto, qualquer enunciado é sempre ideológico (FARACO, 2009: 47), abre-se espaço para a abordagem da *linguagem como espaço de luta hegemônica*. A arena discursiva na qual os embates são travados viabiliza a análise de contradições sociais e lutas pelo poder que levam o sujeito a selecionar determinadas estruturas linguísticas e articulá-las de determinadas maneiras num conjunto de outras possibilidades. O campo da *escrita da história* está inserido, por sua vez, nesse contexto. Uma vez que é o historiador quem seleciona *o que é o fato histórico*, é possível e necessário, de acordo com a ideia foucaultiana:

Referir-se, não às verdades tais como se impuseram, violentamente, mas às regras de emergência de verdades que se constituem como *efeitos de poder*. Os documentos aos quais tem acesso o historiador seriam, assim, registros de relações de força que não narram ou expõem, mas fazem parte das batalhas que modulam e dão forma às *histórias* e, nelas, aos próprios *sujeitos* (BIROLI, 2008: 161).

É necessário ainda encontrar nos enunciados que compõem os documentos trabalhados pelo historiador não os “sentidos”, mas, sim, os efeitos de poder que não são desdobramentos significantes, mas bélicos, já que pertencem à inteligibilidade das lutas, das estratégias, das táticas (*Ibid.*, p. 161). A noção de poder, contudo, é negada como forma de repressão, mas, de maneira positiva, “induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (FOUCAULT, 1979:8). Ora, as relações de poder tratadas, nesse contexto, produzem verdades, mais do que ocultam. Essas verdades, por sua vez, constituem regras para o verdadeiro – regras de produção dos enunciados e de reconhecimento de seus sujeitos-autores. Consequentemente, os homens são apartados de sua condição de agente e, se submetem ao que na verdade, são os produtos de suas próprias atividades, tais como se estes fossem uma força estranha (*Ideologia Alemã*, 1845).



O deslocamento proposto por Foucault permite, por fim, a negação do conceito de *tradição*² na história, uma vez que procura afirmar para si um “lugar de fala” na história. Assim, a *escrita* da história, englobando a *seleção* e *interpretação* dos fatos pelo historiador a caracterizam como *força ativa*. Contudo, é importante ressaltar que nem sempre a sua totalidade é *dizível* ou acessível pelo presente, não apenas devido à ruptura que caracteriza a modernidade capitalista, à fragmentação presente no excesso de imagens que nos faz ver tudo e, ao mesmo tempo, nada, mas também, devido à dinâmica histórica por meio da qual predominam estruturas de pensamento que legam outras à raridade ou ao esquecimento (BIROLI, 2008: 164).

III

A vinda de Martius para o Brasil teve como pano de fundo histórico as articulações das dinastias europeias que tinham por finalidade garantir a sua sobrevivência face às ameaças independentistas e republicanas. O convite feito a Martius para integrar a comitiva científica de Leopoldina – futura imperatriz e esposa de D. Pedro I – filha de Francisco I, imperador Habsburgo da Áustria, “se deu sob a égide dos compromissos entre as dinastias imperiais europeias no sentido de consolidar a influência sobre o único império em toda a América do Sul, governado pelo trono português” (MONTEZ, 2009: 177-178). Segundo Montez (2009 apud PRATT, 1999: 17-54), as intenções científicas de tais comitivas de naturalistas em viagem ao novo mundo são interpretadas como tendo um fundo neocolonial, o que atravessará, sobremaneira, as visões e discursos de Martius sobre o país.

Na época de sua chegada ao Brasil, em 1817, Martius (1794-1868) havia sido encarregado de estudar a fauna e flora brasileiras, as riquezas do subsolo e as populações primitivas do Novo Mundo que despertavam grande interesse nos meios científicos da Europa, ainda que fossem mal conhecidas. Formado em medicina, apesar de sua idade de 23 anos, Martius já era renomado em sua época. Juntamente com outro bávaro, o médico alemão Johann Baptist von Spix (1781-1826), Martius percorreu milhares de quilômetros através do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, descendo pelo Rio São Francisco até os limites de Goiás. De lá, seguiu pelo sertão baiano, passando por Salvador e Ilhéus. Deslocou-se, posteriormente, para o norte, passando por Juazeiro e Pernambuco, percorrendo o Piauí, São Luís do Maranhão e Belém, quando,

² Romper com a tradição significa, para Foucault (1979: 33), fazer da história uma contramemória, desdobrar consequentemente toda uma outra forma de tempo, liberando a história, assim, de modelos restritivos, que lançam a história a um campo no qual as continuidades são afirmadas e as permanências, destacadas (BIROLI, 2008: 160).



finalmente, após um périplo de dez meses pela região amazônica profunda, retorna em 1820 para a Europa (*Ibid.*, p. 178).

Dessa viagem resultou uma obra de três volumes escrita a quatro mãos por ambos os naturalistas entre 1823 e 1831, mas somente publicada no Brasil em 1838, intitulada *Viagem pelo Brasil (Raise in Brasilien)*. Entre outros livros e estudos publicados por Martius, destacam-se também *O Estado de Direito entre os autóctones do Brasil* (1832), *O passado e o futuro dos seres americanos* (1839), *Os nomes das plantas na língua tupi* (1858), *Glossarium Linguarum Brasiliensium* (1863), *Frey Apollonio. Um romance do Brasil* (1831) e o assunto deste trabalho, o tratado *Como se deve escrever a história do Brasil* (1844) (*Ibid.*, p. 179).

Ora, podemos notar, a partir das obras escritas por Martius, o profundo conhecimento do alemão por nossa cultura, meio, gente, uma vez que ele teve a oportunidade de conviver em nosso país por tanto tempo. E, por isso, as linhas mestras elaboradas por Martius figuraram numa quadra tão importante da história das ideias no Brasil. Martius acredita que, para se escrever a história do Brasil, deve-se, antes de tudo, ter em conta “os elementos que aí concorrerão para o desenvolvimento do homem”. No caso do Brasil, “estes elementos são de natureza muito diversa tendo para a formação do homem convergido de um modo particular três raças: a de cor de cobre ou americana, a branca ou caucasiana e, enfim, a preta ou etíope” (MARTIUS, 1845: 390).

Ricupero (2004: 125) afirma que estaria no reconhecimento da “importância das três raças como *fator histórico* na formação da nacionalidade brasileira” a grande originalidade de Martius. Dessa forma, Martius pode ser visto como o iniciador de toda uma linha de interpretação do Brasil, provavelmente a de maior êxito, tendo mesmo de filosofia se convertido a senso comum:

Do romantismo a Gilberto Freyre, passando, aos trancos e barrancos, pelo evolucionismo e o positivismo, acreditou-se que o Brasil era essencialmente um país mestiço; o que foi visto por alguns como vantagem e por outros como defeito. Martius merece, portanto, o duvidoso título de avô da ideologia da democracia racial no Brasil (*Ibid.*, p. 125).

Não obstante, é importante ressaltar, nesse contexto, que a proposta oferecida por Martius – e aceita pelo IHGB – possui algumas contradições se pensadas no contexto da época. Como é sabido, éramos um país agrário e independente, dividido em latifúndios, cuja produção dependia do trabalho escravo por um lado, e por outro do mercado externo. Era inevitável, dessa forma, a presença do raciocínio econômico burguês, isto é, a prioridade do lucro, com seus corolários sociais. Além disso, a Independência havia sido feita há pouco, em nome de ideias francesas, inglesas, americanas, variadamente liberais que estavam presentes, por sua vez, na construção de identidade nacional que possuíamos àquela época. Era óbvio que esse conjunto



ideológico iria se chocar contra a escravidão e seus defensores (SCHWARZ, [1977] 2000: 13).

Em segundo lugar, a própria origem do IHGB estava intimamente ligada ao modelo europeu de se pensar a história. Na Europa, durante o século XIX, destacou-se a discussão da questão nacional e essa discussão, por conseguinte, foi importada pelo Brasil. Esta tarefa, no entanto, estava reservada no Brasil àqueles que haviam sido escolhidos a partir das relações sociais, nos moldes das academias ilustradas que conheceram seu auge na Europa nos fins do século XVII e início do século XVIII. Dessa forma, o lugar privilegiado de se pensar a história no Brasil, até período bem avançado do século XIX, terá como característica uma marca elitista, herdeira próxima da tradição iluminista (GUIMARÃES, 1988: 6).

Essa elite intelectual, por sua vez, tinha seu percurso traçado, de antemão, pela ordem do nascimento. Nas famílias abastadas do Brasil, o primogênito herdava os bens materiais, enquanto o segundo era enviado para estudar em Portugal, com vistas à sua qualificação para ocupar altas funções do Estado. Para este pequeno estrato social é que se colocava à disposição a Universidade de Coimbra, fundada em 1308. Obviamente, a concentração em torno de uma única universidade teve como consequência a homogeneização intelectual da elite letrada no Brasil e, após a Independência, a unidade intelectual da maioria letrada brasileira facilitou o desenvolvimento do Brasil rumo ao Estado monárquico centralizado (GUIMARÃES, 2011: 36). No que tange à constituição do IHGB, Guimarães (1988: 9-10) afirma que:

um exame da lista dos 27 fundadores do IHGB nos fornece uma amostra significativa do perfil do intelectual atuante naquela instituição. A maioria deles desempenha funções no aparelho do Estado, sejam aqueles que seguem a carreira da magistratura, após os estudos jurídicos, sejam os militares e burocratas, que mesmo sem os estudos universitários profissionalizavam-se e percorriam uma carreira na média burocracia. Parte ainda desses 27 fundadores pertencia a uma geração nascida ainda em Portugal vinda para o Brasil [...] em virtude da invasão napoleônica à Península Ibérica.

Nesse contexto, fica claro que o critério único, definidor, de uma prática tanto política quanto intelectual é nivelada por um processo de educação segundo a tradição jurídica de Coimbra. Dessa forma, no movimento de se definir o Brasil enquanto nação, se define também o "outro" em relação ao Brasil. Contudo, num processo muito próprio ao caso brasileiro, a construção da ideia de nação não se assenta sobre uma oposição à antiga metrópole portuguesa; mas, ao contrário, a nova Nação se reconhece enquanto continuadora da tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa (*Ibid.*, p. 6).

É, portanto, esse o lugar de onde Martius propõe uma "historiografia filosófica que não perde tempo com eventos sem importância, procurando, ao contrário, captar o mais significativo de nossa história". Para ele, o "historiador do Brasil deverá escrever como



autor monárquico-constitucional, como unitário no mais puro sentido da palavra”, em detrimento da ideologia republicana do período (RICUPERO, 2004: 126). Desse modo, justifica-se o êxito de Martius no concurso proposto pelo IHGB. Em *Como se deve escrever a historia do Brasil*, o autor elabora um verdadeiro programa para o pensamento conservador brasileiro, que Francisco Adolfo Varnhagen colocará em prática, além de iniciar no Brasil o mito da convivência harmoniosa entre as três raças, que daria conta da totalidade, construindo a Nação em sua diversidade e multiplicidade de aspectos (GUIMARÃES, 1988: 16).

Entretanto, como inserir o negro dentro deste projeto discursivo, político, ideológico, que daria contornos à nação brasileira, além de oferecer parâmetros para a construção de uma identidade nacional, uma vez que essa etnia representava, ao mesmo tempo, o papel social de *escravo, coisa, força animal de trabalho*? De que forma o negro poderia se encaixar nesse projeto identitário, uma vez que o Brasil era um país predominantemente de raízes rurais, monárquico-constitucional, conservador e escravocrata?

Não resta dúvida, nesse contexto, de que o Brasil passava por uma inadequação entre a realidade do país e as ideias tomadas de empréstimo, resultando, por conseguinte, na alienação da realidade nacional. Martius procura resolver essa questão seguindo o agudo senso de “hierarquia racial” em voga no século XIX:

Cada uma das particularidades físicas e morais, que distinguem as diversas raças, oferece a este respeito um motor especial; e *tanto maior será a sua influência para o desenvolvimento comum, quanto maior for a energia, número e dignidade da sociedade de cada uma dessas raças*. Disso necessariamente segue o português, que, como descobridor, conquistador e senhor, poderosamente influenciou aquele desenvolvimento; o português, que deu condições e garantias morais e físicas para um reino independente; que *o português se apresenta como o mais poderoso e essencial motor* (MARTIUS, 1845: 390) [grifo meu].

Aos negros e indígenas, segundo Martius, cabia apenas reagirem sobre a raça predominante. Dessa forma, os índios seriam apenas “ruínas de povos” (MARTIUS, 1845: 393), isto é, sobreviventes de uma antiga civilização desaparecida. No que tange aos negros, Martius é bem menos generoso. No capítulo que deveria tratar da “raça etiópica”, das cinco páginas, apenas *uma* é utilizada (RICUPERO, 2004: 127). Ao tratar do negro, Martius se justifica aos leitores afirmando que sabe “muito bem que brancos haverá, que a uma tal ou qual concorrência dessas raças inferiores taxem de menoscabo à sua prosápia” (MARTIUS, 1845: 390).

Seguindo a visão humanista de “perfectibilidade” (século XVIII), que discorre sobre a capacidade singular e inerente a todos os homens de sempre se superarem, aperfeiçoarem - embora não preveja o acesso obrigatório ao estado de civilização e



virtude por parte dos homens ditos primitivos (SCHWARCZ, 1993: 44) – Martius acredita que:

O sangue português, em um poderoso rio deverá absorver os pequenos confluente das raças índia e Etiópica. Em a classe baixa tem lugar esta mescla, e como em todos os países se formam as classes superiores dos elementos das inferiores, e por meio delas se vivificam e fortalecem, assim se prepara atualmente na última classe da população brasileira essa mescla de raças, que daí a séculos influirá poderosamente sobre as classes elevadas, e lhes comunicará aquela atividade histórica para a qual o Império do Brasil é chamado (MARTIUS, 1845: 391) [grifo meu].

Assim, basicamente, Martius apenas destaca no capítulo “A raça africana em suas relações para com a história do Brasil” que “não há dúvida que o Brasil teria tido um desenvolvimento muito diferente sem a introdução dos escravos negros” (1845: 405). Contudo, deixa a cargo do historiador responder se este desenvolvimento foi para melhor ou pior, futuramente.

IV

O artigo de Martius, conforme pudemos notar ao longo do texto, é de suma importância para a historiografia nacional brasileira. Primeiramente, vale destacar a *importação* de ideias – no caso, *discursos* – utilizados para a construção de uma *Nação brasileira*, porém, dadas pelo pontapé inicial de um *alemão*. Em segundo lugar, é importante lembrar, de acordo com Roberto Schwarz ([1977] 2000: 18), que as ideologias presentes no Brasil à época não descreviam sequer falsamente a realidade, mas derivavam sossegadamente do óbvio, sabidamente por todos – da inevitável “superioridade” da Europa em detrimento do Brasil.

Nesse sentido, “o teste da realidade e da coerência não aparecia, aqui, decisivo, sem prejuízo de estar sempre presente como exigência reconhecida, evocada ou suspensa conforme a circunstância” (*Ibid.*, p. 19). É nesse contexto que surgem contradições no artigo proposto por Martius, uma vez que entender a identidade nacional brasileira como resultado de uma miscigenação significava, inclusive, aceitar a influência dita como negativa pelas teorias racistas da época, que poderia resultar na herança inferior do negro nesse processo de formação da identidade étnica brasileira (MUNANGA, 2008: 48).

Contudo, conforme a segunda parte do presente trabalho, a resolução oferecida por Martius, que consistia na absorção por parte do “sangue português” das “raças Índia e Etiópica”, está diretamente ligada ao seu próprio posicionamento ideológico frente ao mundo novo que descobria, se colocando, claramente, em posição de superioridade intelectual e cultural frente aos negros, indígenas e miscigenados. O discurso de Martius,



dessa maneira, se impôs como verdade, constituindo-se, por conseguinte, como *efeito de poder* sobre as demais etnias, inferiorizando-as.

As “verdades” definidas por Martius em seu artigo constituíram, por conseguinte, regras de produção dos enunciados e regras de reconhecimento de seus sujeitos-autores. A reprodução desses discursos racistas tidos como verdades contribuíram, por sua vez, para a subjugação cultural das etnias miscigenada, negra e indígena no Brasil, que realmente se enxergaram (e foram enxergadas), durante muito tempo, como inferiores pela historiografia tradicional brasileira (ver, por exemplo, Nina Raimundo Rodrigues, Oliveira Viana).

Porém, graças à memória ser identificada como um espaço de luta política, bem como a percepção de que há no social a constante produção de memórias convivendo em conflito, em busca de legitimação (ROSA, 2005: 1), podemos, hoje em dia, enxergar de maneira contrária as mesmas etnias, vistas no passado como inferiores. Esta percepção só é possível se fizermos da história uma *contramemória*, liberando-a de seus modelos restritivos, de um ponto de observação exterior que permite ao observador apenas identificar-se e abster-se (BIROLI, 2008: 162). É graças também a essa nova forma de se ver a história, inaugurada pelos *Annales*, que o historiador poder ler e interpretar textos de uma nova maneira, desconstruindo “verdades” e “efeitos de poder”.

Não obstante, não podemos nos esquecer de que, ainda hoje, o mito da democracia racial possui uma penetração muito profunda na sociedade brasileira, uma vez que exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não-brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade. Dessa forma, encobrendo-se os conflitos raciais, possibilita-se a todos se reconhecerem como brasileiros e afasta-se das comunidades subalternas a tomada de consciência de suas características culturais que teriam contribuído para a construção e expressão de uma identidade própria. Essas características são “expropriadas”, “dominadas” e “convertidas” em símbolos nacionais pelas elites dirigentes (GNACCARINI, J. César; QUEIROZ, Renato da Silva, 1992 apud MUNANGA, 2008: 77).

Bibliografia

BAKHTIN, M. M. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico com a ciência da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 1999.



BIROLI, Flávia. Dizer (n)o tempo: observações sobre história, historicidade e discurso. In: SIGNORINI, Inês (org.). *(Re)discutir texto, gênero e discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008, pp. 157-184.

CARR, Edward Hallet. *Que é história?* Tradução de Lúcia Maurício de Alverga. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguagem & Diálogo: as idéias lingüísticas do círculo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola Editoria, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GNACCARINI, J. César; QUEIROZ, Renato da Silva. Problèmes ethniques d'un pays multiracial. In: *Passarellas*, n. 5, 1992.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. Michel Foucault: o discurso nas tramas da história. In: FERNANDES, Cleudemar Alves & SANTOS, João Bosco Cabral dos (orgs.). *Análise do Discurso: unidade e dispersão*. Uberlândia: Entremeios, 2004.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. "Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional". *Revista Estudos Históricas*, América do Norte, 1, jan. 1988.

_____. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

HUMBOLDT, Wilhelm von. Sobre a tarefa do historiador (1821). In: MARTINS, Estevão de Resende (org.). *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010, pp. 79-89.

MARTIUS, Carl Friedrich Phillip von. "Como se deve escrever a história do Brasil". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 6 (24), jan. 1845, pp. 389-411.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. *Identidades fragmentadas: construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

MONTEZ, Luiz Barros. Frey Apollonio, de Carl Friedrich Phillip von Martius. Ou como um "romance brasileiro", é, na verdade, uma "narrativa meta-histórica para os brasileiros". In: CASTRO, Manuel Antonio de (org.). *Arte: corpo, mundo e terra*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009, pp. 176-194.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PRATT, Mary Louise. "Pós-colonialidade: projeto incompleto ou irrelevante?" In: VÉSCIO, Luiz Eugênio & SANTOS, Pedro Brum. *Literatura & História*. Bauru, SP: Edusc, 1999, pp. 17-54.

RESENDE, Viviane de Melo & RAMALHO, Viviane. *Análise de discurso crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

RICUPERO, Bernardo. *O Romantismo e a ideia de Nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.



ROSA, Ivani. "Pesquisa histórica e prática social: tendências e possibilidades". *Revista de História e Estudos Culturais*, vol. 2, ano II, pp. 1-6. Disponível em: www.revistafenix.pro.br

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

SILVA, Giselda Brito. "História e Linguística: algumas reflexões em torno das propostas que aproximam a história da análise do discurso". *Revista de História SAECULUM*, João Pessoa, PB, 11, ago./dez., 2004.
